



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



DOMÍNIO

COMUM

*Síntese e
Resultado das Discussões*

SETEMBRO DE 2012



Síntese do seminário do dia 13/06 – Seminário do Domínio Comum

Campus	Destaques
Cerro Largo	<p>Concepções: O que é ciência? Como o conhecimento é produzido? Debate: Epistemologia/Método Científico Abrir “mão” do processo de nivelamento Formação – Dimensão da cidadania – formação mais consistente – conhecimento ético - profissional Compreender as demandas regionais e traduzi-las em “demandas” científicas Temática: cidadania presente nos PPCs Diretrizes curriculares da UFFS Redefinir as ementas Domínio Comum para todos os cursos (?)</p>
Laranjeiras do Sul	<p>Compreensão do domínio comum: para quê? Qual o papel do Domínio Comum no contexto da universidade? Função do DC de garantir o projeto da Universidade. Por que discutir os domínios agora? O Domínio Comum é importante para a formação acadêmica Alterações neste momento podem comprometer o projeto da universidade Sistematizar o debate com os diferentes atores da comunidade acadêmica Faltam resultados sistemáticos para sejam realizadas alterações no DC Participação da comunidade externa e dos discentes nas discussões Necessidade de um projeto de reformulação Participação plena dos professores do domínio comum Manter o projeto que temos, pois ainda não se tem uma avaliação completa dele.</p>
Chapecó	<p>Avaliação dos CCRs ministrados Unificação dos componentes Possibilidade de redução Pouco tempo para discutir o DC Trabalhar a interdisciplinaridade Construção de Fóruns Possibilidade de trabalhar ementas mais genéricas Falta de consenso do que é comum Discussão sobre prova de proficiência Defesa do DC – mas precisa de alguns aprimoramentos (ementas extensas, similares) Conjunto de disciplinas (comum aos cursos) com ementas diferentes Proposta: 8 disciplinas – 360h Leitura e produção textual: 4 créditos Matemática instrumental: 2 créditos Estatística básica: 4 créditos História da Fronteira Sul: 2 créditos Introdução ao pensamento social: 4 créditos Direitos e cidadania: 2 créditos Meio ambiente, economia e sociedade: 2 créditos Fundamentos da crítica social: 4 créditos (transforma em Introdução a filosofia) Iniciação à prática científica: passa a ser domínio específico</p>
Erechim	<p>Debate sobre o que é o Domínio Comum na universidade Domínio Comum deve ser reestruturado Deve ter disciplinas fixas ou disciplinas optativas? O Domínio comum “adaptado” ao curso deixa de ser comum Qual o lugar destas disciplinas no currículo do curso? Agrupar as disciplinas de leitura e produção textual em uma: de 4 créditos Iniciação à prática científica: passa a ser domínio específico Repensar ementas e disciplinas Oferta de vagas destas disciplinas para cursos diferentes Impacto da redução do domínio comum na demanda docente do domínio específico Leitura e produção textual, passa para: Produção textual acadêmica: 4 créditos Oferta de optativas: 1- Tópicos em leitura, textualização e revisão do texto: 2 créditos 2 – Produção textual acadêmica: 2 créditos</p>



Realeza	Aperfeiçoar a proposta formativa da instituição, redução do domínio comum, adaptar e Gerir o domínio comum: são argumentos de ordem pragmática Definir se o debate é mais amplo sobre o projeto formativo da instituição, para tanto, não há dados para avaliar esta experiência do domínio comum O domínio comum carece de definições e amparo na política institucional Retomada do sentido formativo do domínio comum Proposta curricular e integradora Fórum do domínio comum Metodologia: definição de temas e da forma com que serão abordados Ampliar o rol de oferta de componentes do domínio comum Definir um teto mínimo para os cursos Possibilidade: algumas optativas para o estudante Definir o formato da organização das ementas (o que é comum e aquilo que se relaciona com os demais domínios)
	Tópicos: Necessidade de maior tempo para a discussão Avaliar o DC – estudo – Integralização da 1ª turma Debate – DC – conceitual/significado Reestruturação do DC - Propostas

MINUTA – ELABORADA PELA PRIMEIRA COMISSÃO E APRESENTADA NO DIA 30/08

1 DIRETRIZES POLÍTICAS PARA O DOMÍNIO COMUM

1. 1 DOS OBJETIVOS E FINALIDADES DO DOCUMENTO

O presente texto objetiva sistematizar os debates em torno do Domínio Comum, principalmente, o debate realizado no dia 13 de junho de 2012, no campus Chapecó. O encontro teve a participação de representantes dos *campi* da UFFS que compunham as comissões locais responsáveis pelo debate acerca do domínio comum e de suas possibilidades de reformulação.

Nesse sentido, destaca-se que esse encontro é resultado das atividades realizadas pela Pró-reitoria de Graduação, em 2011 e 2012, a partir dos eventos de Formação Docente, do encontro da Prograd com representantes dos Movimentos Sociais e da elaboração de uma coletânea com alguns elementos contextuais das dimensões política e pedagógica da UFFS, para subsidiar os docentes nos momentos de reflexão e discussão sobre a Matriz Curricular da instituição (Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico) e orientar para o trabalho de Reformulação do Projeto Pedagógico de Curso (PPC), essa enviada no mês de fevereiro de 2012 a todos os docentes da UFFS.

O encontro do dia 13/06/12 procurou apresentar as questões teóricas subjacentes à ideia e os objetivos do

domínio comum como proposta curricular na UFFS. Assim, deliberou-se pela composição de uma nova comissão, sendo formada pelos coordenadores acadêmicos e pelos coordenadores gerais de unidade do *campus* Chapecó. Além disso, foi atribuída a tarefa de sistematização das discussões realizadas nos campi e no encontro, construindo uma minuta que, após retornar aos campi para nova rodada de discussões com a comunidade acadêmica, será objeto de deliberação definitiva pelas comissões, novamente reunidas em Chapecó, em data a ser definida no mês de agosto.

Sendo assim, para efeito de sistematização e metodologia de trabalho o documento está dividido em quatro partes:

a) Na primeira é apresentado, na forma de tópicos, um conjunto de reflexões teóricas que, de acordo com a discussão realizada em Chapecó, deverá: I) nortear o processo de consolidação do domínio comum enquanto prerrogativa pedagógica e curricular na UFFS; II) orientar a proposição de CCRs, bem como de suas ementas e objetivos, como forma de materializar as ideias fundantes do domínio comum; III) fomentar discussões permanentes e sistemáticas acerca dos objetivos, da função e do “lugar” do domínio comum no projeto institucional da UFFS.

b) A segunda parte apresenta uma breve contextualização da constituição do desenho curricular da UFFS, desde o processo Pró-universidade, bem como a implantação dos cursos e Matriz Curricular da universidade e da Organização das Propostas Pedagógicas Curriculares



(PPCs) dos cursos de graduação. Tal apresentação constitui um mapeamento dos diversos movimentos que viabilizaram a construção referente à Matriz Curricular da UFFS.

c) Explicita-se na terceira parte algumas diretrizes para auxiliar a reflexão referente à Matriz Curricular da UFFS, que por sua vez procura subsidiar a organização da operacionalização da Proposta do Domínio Comum.

d) Por fim, na quarta apresenta-se duas propostas de operacionalização do Domínio Comum, constituídas e gestadas a partir das reflexões realizadas nos debates, na reunião das comissões e nos relatos registrados pela Diretoria de Organização Pedagógica/Prograd ao longo destes dois anos de Domínio Comum.

PARTE I

DAS CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NO SEMINÁRIO REFERENTE AO DOMÍNIO COMUM

Apresenta-se, abaixo a síntese dos apontamentos elencados no encontro referente ao Domínio Comum, realizado no dia 13/06/12 em Chapecó/SC. As falas, as propostas, debates, sugestões e proposições foram recolhidas pela Pró-Reitoria de Graduação, mediante gravação em áudio, vídeo e anotações da equipe da Diretoria de Organização pedagógica durante os anos de 2011 e 2012. Essas anotações fundamentam a necessidade do debate contínuo referente à Matriz Curricular da UFFS.

Nessa perspectiva, destaca-se as proposições do encontro:

a) É indispensável situar a discussão em relação ao debate mundial acerca do perfil da formação universitária e profissional. É preciso partir do debate sobre a natureza e o papel da ciência e do conhecimento científico; dos documentos da UNESCO e das DCN's, referências da maior importância em qualquer debate acerca do currículo nas universidades. Afinal, longe de ser uma proposta desconectada do debate internacional sobre a formação universitária, o Domínio Comum na UFFS é justamente uma tentativa de operacionalização, em termos de currículo, das inquestionáveis necessidades de formação BÁSICA, HUMANA e CIDADÃ dos profissionais na contemporaneidade.

Do ponto de vista das DCN's, por exemplo, o Domínio Comum é a incorporação, por meio de um projeto institucional, dos parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Educação como obrigatórios para os cursos de graduação, e cobrados das instituições nas avaliações dos cursos e no ENADE (nesse último, por exemplo, através dos 20% de questões voltadas para "conhecimentos gerais"). Corre o risco de ser vazia qualquer discussão do Domínio Comum que não tome em conta esses parâmetros gerais que transcendem o âmbito institucional da UFFS, pois que constituem referenciais orientadores do debate sobre o papel da universidade e da formação universitária.

b) É preciso, ainda, discutir a concepção de universidade, de formação universitária, de ciência, de educação, que nortearão as diretrizes orientadoras da UFFS. Afinal, tratam-se de concepções teóricas acerca da natureza e do papel da universidade e da formação universitária que estão em discussão. Explicitá-las, portanto, é condição *sine qua non* para o debate acerca de todas as suas possibilidades e consequências, inclusive em termos de impacto sobre o currículo dos cursos ofertados pela instituição.

A defesa ou a contrariedade em relação ao Domínio Comum não são apenas simples posições em relação a importância ou não de determinados CCR's. Elas refletem, acima de tudo, concepções distintas acerca do que seja a natureza última do conhecimento, de como ele é produzido e disseminado, e de como devem funcionar as instituições que existem em função dele. A UFFS precisa, nesse sentido, levar à exaustão o debate sobre essas questões, para então produzir, na forma de Diretrizes Institucionais, documentos que, a um só tempo: formalizem suas concepções fundantes, e; orientem o fazer pedagógico cotidiano da instituição.

c) Nesse sentido, é preciso discutir à fundo o "papel" do Domínio Comum na concretização do projeto da UFFS. Nascida da mobilização social e da organização sociopolítica de movimentos regionais, a UFFS possui um projeto institucional que, embora não se pretenda discutir aqui, traz em sua gênese a demanda por uma formação que reflita os anseios e necessidades da região e das pessoas que a tornaram possível. Além destes fatores, outros podem ser destacados: democratização e inclusão social amplas, busca permanente da sustentabilidade, priorização do desenvolvimento regional e promoção da cidadania são alguns dos elementos estruturantes da universidade, para cuja consecução o Domínio Comum é instrumento fundamental. Ele é o meio pelo qual algumas das maiores



prioridades da UFFS podem – e devem – se materializar no fazer pedagógico do cotidiano da vida universitária no interior dos cursos. Há que se ter isso em mente, de forma clara, nesse momento de reformulação (também dos PPC's dos cursos de graduação), o qual deve servir para qualificar o projeto do Domínio Comum, e não para enfraquecê-lo ou negligenciá-lo.

d) Ainda, nesta direção de consolidação do Domínio Comum como proposta curricular na UFFS, levantou-se a questão da fragilidade do Domínio Comum como prerrogativa efetivamente institucional. Apesar de presente na forma de CCR's em todos os cursos de graduação, o Domínio Comum parece ainda não ter sido de fato incorporado em todas as instâncias institucionais.

O Domínio Comum encontra-se praticamente ausente em documentos normatizadores e ações de Pró-Reitorias, por exemplo, o que reflete uma fragilidade na consolidação do projeto para além da dimensão estritamente curricular. A presença da grade curricular dos cursos, por meio de CCR's, mostra-se necessária para a consolidação dos objetivos do Domínio Comum. Contudo, isso não é suficiente. Ele precisa também ser incorporado no cotidiano do fazer acadêmico de todas as instâncias e de todos os processos na UFFS, para tornar-se, de fato, um parâmetro de ação e avaliação do que é realizado na instituição.

e) É necessário aproximar Domínio Comum e ciência. Parece haver consenso sobre o foco que o Domínio Comum deve manter no sentido de possibilitar aos alunos uma compreensão mais sólida acerca da natureza e dos fundamentos do pensamento científico. Mais do que oferecer aos acadêmicos normas para produção, apresentação e publicação de textos acadêmicos, os CCR's do domínio comum devem voltar-se ao desenvolvimento do “modo científico e social de pensar”, e à consolidação de uma postura e cultura científicas diante do mundo e do conhecimento. Para isso, não basta manter-se “atualizado” sobre normas e procedimentos, ou mesmo sobre as últimas descobertas científicas. É necessário que os egressos dominem, minimamente, os fundamentos que orientam a produção científica e os processos que a tornam possível, pois com isso serão capazes de compreender, por si mesmos, as dinâmicas que permitem ao conhecimento evoluir.

Não se trata de opor o conhecimento científico às outras formas de conhecimento, inclusive o senso comum. Contudo, há que se ter em mente o caráter científico da

instituição universitária, o qual lhe confere tal identidade, e do qual a universidade não pode abrir mão sob pena de perder a possibilidade e as condições de fazer aquilo para o qual existe: produzir e disseminar o conhecimento. Mais do que profissionais atualizados, é preciso assegurar que os egressos sejam pesquisadores, professores e cidadãos capazes de, em suas áreas de formação, apresentarem postura crítica investigativa e metodologicamente orientada diante da complexidade de fenômenos que são típicos ao seu universo de formação e atuação.

f) Na configuração atual, os conteúdos dos CCR's do DC não refletem o debate e os objetivos que o fundamentam. As ideias iniciais, em especial a de “formar para a cidadania”, não foram contempladas totalmente em algumas das ementas atuais dos onze (11) CCR's que integram o Domínio Comum. Se com esse se pretende desenvolver compreensão e postura cidadã entre os discentes, é preciso que os conteúdos propostos pelos CCR's reflitam isso. E, para tal, é necessário que se discuta, institucionalmente, inclusive o que se entende por cidadania e, em especial, o que é necessário que os acadêmicos saibam/conheçam para praticá-la.

g) Outro ponto levantado, foi o de que o Domínio Comum não deve voltar-se à instrumentalização como uma de suas prerrogativas de existência. CCR's voltados ao desenvolvimento de conhecimentos básicos, em grande parte já conhecidos pelos alunos no ensino médio, são de grande importância. Contudo, devem constituir preocupação de cada curso, por meio de seu colegiado, a quem cabe a tarefa de debater sobre quais áreas e conteúdos são necessários aprimorar como requisito para o bom acompanhamento do curso por parte dos alunos.

h) Outra questão levantada foi a de (re)definir, nesse processo de reformulação do Domínio Comum e dos PPC's, as ementas dos CCR's do Domínio Comum, de modo a deixá-las mais genéricas, com definições conceituais mais amplas. Isso permitiria aos colegiados definirem, juntamente com o professor do CCR, a operacionalização dos conteúdos de forma mais direcionada aos objetivos do curso. Assim, como ilustração para o que se pretende defender como proposta, o CCR “História da Fronteira Sul”, por exemplo, poderia voltar-se à: história da agricultura na fronteira sul no caso do curso de Agronomia; história da literatura na fronteira sul no curso de Letras, ou: história da educação na fronteira sul no caso das licenciaturas.



PARTE II

2 DA MATRIZ CURRICULAR CONCEBIDA PELO MOVIMENTO PRÓ-UNIVERSIDADE

Apresenta-se em síntese os princípios fundantes da Estrutura Curricular - UFFS - proposta pelo movimento pró-universidade:

- a) Não constituir uma estrutura curricular tradicional;
- b) Utilizar os elementos fundamentais da proposta da Universidade Nova, sem assumi-la por completo;
- c) Primeiro ciclo único para toda universidade, dando unidade à ação da instituição;
- d) Primeiro ciclo centrado nos elementos estruturais das áreas do conhecimento (uma forte formação básica);
- e) Primeiro ciclo como parte da estrutura curricular, dando base para a sequência dos estudos, não sendo terminativo (sem titulação superior).

2.1 DA ORGANIZAÇÃO DA MATRIZ CURRICULAR NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE

A proposta pedagógica institucional tomou como ponto de partida as reflexões e recomendações constantes dos relatórios elaborados pela segunda das três comissões criadas pelo MEC para implantação da UFFS e do qual faziam parte, paritariamente, o MEC e representantes dos Movimentos Sociais. Nesse sentido, o desenho curricular ficou constituído em três fases: a) um tronco comum, que poderia se diluir entre as várias fases dos cursos. O tronco comum teria dois objetivos básicos: (1) desenvolver nos estudantes as habilidades e competências instrumentais essenciais para qualquer profissional; (2) despertá-los para as questões que dizem respeito ao convívio humano em sociedade; b) uma área de domínio conexo, composta por eixos estruturantes tematicamente constituídos (Ciências Biológicas e Físicas, Ciências Humanas e Sociais, Saúde, Meio Ambiente, Ciências Exatas); c) uma área de domínio específico, em que os alunos cursariam as disciplinas voltadas às habilidades e conteúdos específicos de cada

curso – habilidades e conteúdos que constam nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).

No âmbito da graduação, além das atividades de extensão e de pesquisa, que devem, necessariamente, estar em sintonia com orientações institucionais coletivamente construídas, o currículo deverá ser organizado em torno de um tronco comum, um domínio conexo e um domínio específico. Tal forma de organização curricular teve por objetivo assegurar que todos os estudantes da UFFS recebam uma formação ao mesmo tempo cidadã, interdisciplinar e profissional, possibilitando otimizar a gestão da oferta de disciplinas pelo corpo docente e, como consequência, ampliar as oportunidades de acesso à comunidade.

I – Tronco Comum

Propõe-se um **Tronco Comum** de disciplinas que deverão ser cursadas por todos os estudantes. Estas disciplinas terão, como já ressaltado, dupla função:

- a) desenvolver em todos os estudantes da UFFS as habilidades e competências instrumentais consideradas fundamentais para o bom desempenho de qualquer profissional (capacidade de análise, síntese, interpretação de gráficos, tabelas, estatísticas; capacidade de se expressar com clareza; dominar minimamente as tecnologias contemporâneas de informação e comunicação, entre outros);
- b) despertar nos estudantes a consciência sobre as questões que dizem respeito ao convívio humano em sociedade, às relações de poder, às valorações sociais, à organização sócio-político-econômica e cultural das sociedades, nas suas várias dimensões (municipal, estadual, nacional, regional, internacional).

Disciplinas sugeridas, preliminarmente, para o Tronco Comum:

- * Leitura e Expressão Escrita
- * Matemática Instrumental
- * Estatística
- * Informática Básica
- * Ética e Cidadania
- * Sociologia Básica
- * Sociedade, Saúde e Meio Ambiente



Ressalta-se que esta proposta original foi, posteriormente, alterada pela Comissão de Implantação, passando a ser onze (11) as disciplinas do Tronco Comum.

II – Do Domínio Conexo

Propõe-se um **Domínio Conexo**, como um conjunto de disciplinas que se situam em espaço de interface de vários cursos, sem, no entanto, poderem ser caracterizadas como exclusivas de um ou de outro curso. O Domínio Conexo foi estabelecido com base em eixos estruturantes e definidos tematicamente a partir de uma concepção institucional que deverá inspirar a organização dos Projetos Pedagógicos de cada curso.

Agrupamentos apresentado para o Domínio Conexo pela comissão de implantação:

* Eixo 1 – Ciências Físicas e Biológicas

- Licenciatura em Física
- Licenciatura em Química
- Licenciatura em Biologia

2. Eixo 2 – Ciências Exatas

- Licenciatura em Matemática
- Ciências da Computação

3. Eixo 3 – Sociedade

- Licenciatura em Filosofia
- Licenciatura em Sociologia
- Licenciatura em Educação do Campo
- Licenciatura em Letras (Português e Espanhol)

4. Eixo 4 – Saúde

- Medicina Veterinária
- Nutrição
- Fisioterapia
- Engenharia de Alimentos
- Zootecnia

5. Eixo 5 – Energia e Meio Ambiente

- Engenharia Elétrica
- Engenharia Florestal

- Engenharia Ambiental
- Agroecologia
- Agronomia

Devido a premência dos prazos, não houve um detalhamento maior dos significados de cada eixo, embora a Comissão de Implantação tenha tomado posição de implantar estes eixos do Domínio Conexo, deixando o detalhamento a critério da comunidade docente constituída.

III – Domínio Específico

Propõe-se um **Domínio Específico**, caracterizado por um conjunto de disciplinas nitidamente identificadas como próprias de um determinado Curso e fortemente voltadas à sua dimensão profissionalizante, isto é, às habilidades, competências e conteúdos especificamente definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).

3 DA ATUAL ORGANIZAÇÃO DA MATRIZ CURRICULAR NAS PROPOSTAS PEDAGÓGICAS CURRICULARES DOS CURSOS DA UFFS (PPCs)

Apresenta-se o desenho curricular, Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico, em prática na constituição dos PPCs dos cursos de graduação:

a) DOMÍNIO COMUM

A finalidade do **Domínio Comum** é desenvolver, em todos os estudantes da UFFS, os conhecimentos, as habilidades, as competências instrumentais e as posturas consideradas fundamentais para o bom desempenho de qualquer cidadão ativo, desperto para a consciência sobre as questões que dizem respeito ao convívio humano em sociedade, às relações de poder, às valorações sociais, à organização sócio-político-econômica e cultural das sociedades, nos seus vários âmbitos – municipal, estadual, nacional, regional, internacional.



Disciplinas do Domínio Comum:

Leitura e Produção Textual I; Leitura e Produção Textual II; Introdução à Informática; Matemática Instrumental; Estatística Básica; Iniciação à Prática Científica; Direitos e Cidadania; Introdução ao Pensamento Social; História da Fronteira Sul; Meio Ambiente, Economia e Sociedade; e, Fundamentos da Crítica Social.

Carga horária total do Domínio Comum é de 660h

b) DOMÍNIO CONEXO

O Domínio Conexo está estruturado em cinco grandes áreas de conhecimento, para articular áreas afins. Assim, cada grande área de conhecimento constitui a conexão interdisciplinar por meio de componentes curriculares, os quais perpassam a matriz curricular dos cursos afins.

No quadro abaixo pode-se observar a estruturação:

DOMÍNIO CONEXO	CURSOS	COMPONENTES CURRICULARES
<i>Energia Alimentos e Meio Ambiente ou Desenvolvimento Regional</i>	Ciências Econômicas (ênfase: desenvolvimento e cooperativismo) Administração (desenvolvimento rural e gestão agroindustrial) Administração (ênfase em pequenos empreendimentos e cooperativismo) Agronomia com ênfase em agroecologia Engenharia de Aquicultura	1 - Responsabilidade sócio-ambiental 2- Teoria Cooperativista I 3 – Administração e análise de projetos
<i>Saúde</i>	Nutrição Medicina veterinária Enfermagem	1 -Citologia e histologia básica 2 - Bioquímica básica 3 – Genética 4 - Fundamentos da saúde pública
<i>Desenvolvimento Tecnológico e Inovação</i>	Ciência da Computação Engenharia Ambiental e Energias Renováveis Engenharia de Alimentos	1 - Cálculo I 2 - Cálculo II 3 - Cálculo Numérico
<i>Formação de Professores/ Licenciaturas</i>	Licenciatura em Ciências: Biologia, Física e Química Licenciatura em Educação do Campo Licenciatura em Filosofia Licenciatura em História Licenciatura em Geografia Licenciatura em Sociologia Licenciatura em Pedagogia Licenciatura em Português e Espanhol	1 - Didática Geral 2 - Teorias da Aprendizagem e do Desenvolvimento Humano 3 – Fundamentos da Educação 4 - Política Educacional e Legislação do Ensino no Brasil 5 - Língua Brasileira de Sinais (Libras)
<i>Arquitetura e Urbanismo</i>		1- Oficina de desenho 2- Expressão gráfica auxiliada por computador 3- Urbanismo e as teorias urbanas 4- Políticas públicas e gestão municipal 5- A produção do espaço urbano e conflitos sócio-espaciais



* **DOMÍNIO ESPECÍFICO**

O Domínio Específico é estruturado a partir de componentes curriculares que correspondem à formação específica de cada curso, respeitando as DCNs.

PARTE III

DOS FUNDAMENTOS PARA A DISCUSSÃO DA MATRIZ CURRICULAR

A seguir apresenta-se alguns apontamentos referentes aos princípios necessários para fomentar a discussão da Matriz Curricular da UFFS:

a) DIMENSÃO POLÍTICA:

São princípios norteadores do Projeto Pedagógico Institucional da Universidade Federal da Fronteira Sul:

- * Respeito à identidade universitária da UFFS, o que a caracteriza como espaço privilegiado para o desenvolvimento concomitante do ensino, da pesquisa e da extensão;
- * Integração orgânica das atividades de ensino, pesquisa e extensão desde a origem da instituição;
- * Atendimento às diretrizes da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação, estabelecidas pelo DECRETO N.º 6.755, DE 29 DE JANEIRO DE 2009, cujo principal objetivo é coordenar os esforços de todos os entes federados no sentido de assegurar a formação de docentes para a educação básica em número suficiente e com qualidade adequada;
- * Universidade de qualidade comprometida com a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do País;
- * Universidade democrática, autônoma e que respeite a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais.
- * Universidade que estabeleça dispositivos de combate às desigualdades sociais e regionais, incluindo condições de acesso e permanência no ensino superior, especialmente da população mais excluída do campo e da cidade.

- * Uma Universidade que tenha na agricultura familiar um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento;
- * Uma universidade que tenha como premissa a valorização e a superação da matriz produtiva existente;
- * Uma universidade pública e popular.
- * Uma universidade comprometida com o avanço da arte e da ciência e com a melhoria da qualidade de vida para todos (fonte: Site da UFFS).

As bases fundamentais para o desenvolvimento da Cidadania exige competências cognitivas, políticas, sociais, técnicas, de comunicação e estéticas, porque um cidadão ativo, na atualidade, deverá, em primeiro lugar, ter capacidade de leitura, interpretação crítica da realidade e comunicação de suas reflexões em linguagens contemporâneas; em segundo, de ser capaz de participar, ativamente, do processo de tomada de decisão – uma vez que a democracia participativa, cada vez mais, substitui a representativa –; em terceiro lugar, de saber quais são seus direitos, desenvolvendo instrumentos para seu efetivo cumprimento; em quarto, de saber usufruir, com responsabilidade, dos bens (materiais e não materiais) do desenvolvimento sustentável e, por último, de respeitar as culturas diferentes, ou seja, os modos de produção da existência, de convivência e os sistemas simbólicos dos que são diferentes.

b) DIMENSÃO CURRICULAR:

Os debates atuais em torno do ensino superior apontam para a necessidade de rever os propósitos atuais das instituições educativas que prezam exclusivamente os encadeamentos disciplinares cartesiano-tayloristas, para a constituição de um projeto educacional que esteja atento à formação pessoal. Pois, “os fatos científicos não podem ser apresentados como se fossem independentes de valores, como se a ciência pudesse prescindir da consciência pessoal” (MACHADO, 2000, p. 62-63).

Por isso, na organização de propostas curriculares uma pergunta fundante é necessária, conforme Arroyo (2011, p. 102), “[...] Como os currículos veem os educandos e como os vemos quando ensinamos ou elaboramos material e propostas curriculares?”. Assim, é necessário considerar alguns fundamentos na constituição de uma proposta curricular:



a) o currículo universitário, não meramente clássico e conteudista, considera diferentes saberes, o científico e o popular, os contextos acadêmicos e comunitários, os múltiplos textos, contextos, símbolos e o encontro entre culturas;

b) o currículo não dissociado da problemática social e política;

c) a articulação entre experiência e conhecimento;

d) o reconhecimento de que todo conhecimento é uma produção social.

c) DIMENSÃO EPISTEMOLÓGICA:

Os questionamentos feitos à ciência têm proporcionado novas possibilidades de compreensão do processo de constituição do conhecimento. Desse modo, pode-se afirmar que o ser humano ao pensar e agir na produção da ciência, conforme Japiassu (1982, p. 143), precisa “destruir o espírito científico, provocando relações entre as experiências vivenciadas por ele, indagando e repensando os conceitos e saberes e, conseqüentemente, pensando o progresso científico em termos de ruptura e consciência de retificação”.

Assim, a plausibilidade do conhecimento ocorre a partir da explicitação da diversidade de percepções do sujeito com relação ao objeto. Conforme Bachelard (1996, p. 14), “para confirmar cientificamente a verdade é preciso confrontá-la com vários e diferentes pontos de vista. A veracidade do conhecimento e a plausibilidade da ciência encontram-se na ação dialética e não no processo linear que advoga uma duração particular e irrefutável”.

Ainda para Bachelard (1996), o ato de conhecer somente ocorre se formos capazes de superar os obstáculos epistemológicos. Dessa forma, os obstáculos podem ser interpretados como resíduos de conceitos que tendem a impossibilitar as transformações e as ampliações das consciências e/ou das realidades. O senso comum é um dos obstáculos, o pensamento generalizante, o conhecimento unitário e pragmático, a impossibilidade de

negação e contradição, o matematismo, a dogmatização e o próprio cérebro são elementos que podem impedir e/ou impossibilitar a articulação, a ruptura e a conexão entre o conhecimento sensível e o conhecimento racional. Por isso, é preciso “inquietar a razão e desfazer os hábitos do conhecimento científico” (BACHELARD, 1996, p. 304).

Nessa perspectiva, fazer ciência e produzir conhecimento, de acordo com Bachelard (1996, p.24), significa “colocar a cultura científica em estado de mobilização permanente, substituir o saber fechado e estático por um conhecimento aberto e dinâmico, dialetizar todas as variáveis experimentais, oferecer enfim à razão para evoluir”.

* DIMENSÃO PEDAGÓGICA

É imprescindível que o espaço educacional assuma o processo pedagógico como promotor do diálogo entre o conhecimento científico e a linguagem dos alunos, de modo que aprender passe a ser possível porque há a possibilidade do diálogo. A aprendizagem deixa de ser um simples processo de apreensão e assimilação e, torna-se uma construção permeada pela ação comunicativa dos sujeitos.

Metodologicamente, é necessário assumir o processo que possibilita a comunicação da linguagem da vida em dialeticidade com a linguagem científica. A aprendizagem adquire, nessa perspectiva, uma nova dimensão, a qual passa a ser caracterizada pela investigação subjetiva e intersubjetiva que tem o intuito de constituir compreensões das interpretações efetuadas no processo.

Nesse contexto, a aprendizagem proporcionada na instituição educativa requer do educador a capacidade de organizar e possibilitar um processo favorável à ação, à experimentação, à reflexão e ao intercâmbio entre a cultura científica, a cultura experienciada e as linguagens dos sujeitos. Nesse enfoque, não é possível conceber a aprendizagem como um processo que é oriundo simplesmente do ensino, mas é preciso responder determinadas indagações: Saber o quê? Para quê? Com quem? Contra o quê?



PARTE IV

DAS DIRETRIZES FUNDANTES DO DOMÍNIO COMUM

Princípios fundantes para a discussão e operacionalização do Domínio Comum:

a) O desenho do Domínio Comum deverá ser constituído de modo a ser comum a todas as formações dos cursos de graduação da UFFS; b) A estruturação do Domínio comum deverá seguir dois princípios basilares: Formação Básica e Formação Cidadã.

Compreende-se como Formação Básica um conjunto de conhecimentos básicos ou instrumentais necessários para o exercício da cidadania. Conhecimentos como: interpretação de textos, expressão e comunicação, utilização de ferramentas matemáticas e estatísticas.

Entende-se por Formação Cidadã um conjunto de conhecimentos e competências cognitivas, políticas, sociais, técnicas, de comunicação e filosóficas que permeiam o agir humano. Sendo assim, acredita-se que a formação cidadã deverá, em primeiro lugar, garantir ao aluno, capacidade de leitura, interpretação crítica da realidade e comunicação de suas reflexões em linguagens contemporâneas; em segundo, de ser capaz de participar, ativamente, do processo de tomada de decisão – uma vez que a democracia participativa, cada vez mais, substitui a representativa –; em terceiro lugar, de saber quais são seus direitos, desenvolvendo instrumentos para seu efetivo cumprimento; em quarto, de saber usufruir, com responsabilidade, dos bens (materiais e não materiais) do desenvolvimento sustentável e, por último, de respeitar as culturas diferentes, ou seja, os modos de produção da existência, de convivência e os sistemas simbólicos dos que são diferentes.



5 DAS PROPOSTAS DE OPERACIONALIZAÇÃO DO DOMÍNIO COMUM

PROPOSTA 1

O Domínio Comum será estruturado em três eixos: “Homem/Natureza/Sociedade/Ambiente”, Ciência e Tecnologia” e “Relação Homem/Cultura/Sociedade” que correspondem aos Princípios “Formação Básica e Formação Cidadã. Os eixos constituídos com componentes curriculares e suas respectivas ementas, dialogam com as diretrizes da ementa de cada eixo.

Nesse sentido, a flexibilização do Domínio Comum dar-se-á na possibilidade de cada curso de graduação escolher os componentes curriculares para a formação. O curso selecionará os componentes curriculares com base nas seguintes diretrizes:

- oferecer componentes curriculares dos três eixos, com base nos Princípios “Formação Básica e Formação Cidadã”;
- a oferta dos componentes curriculares dar-se-á com carga horária mínima de 360h e máxima de 660h.;
- a oferta dos componentes curriculares na perspectiva da carga horária mínima deverá seguir as diretrizes: Formação Básica - 40% ou 10 créditos e Formação Cidadã: 60% ou 14 créditos;
- a oferta dos componentes curriculares na perspectiva da carga horária máxima deverá seguir as diretrizes: Formação Básica – 40% ou 18 créditos e Formação Cidadã – 60% ou 26 créditos.

1 HOMEM/NATUREZA/SOCIEDADE/AMBIENTE:

Ementa:

Movimentos sociais e Organizações Sociais Populares. Economia Sustentável e solidária. Recursos Naturais e diversidade Ambiental. Empreendedorismo e Trabalho Cooperativo. Estrutura de produção Agroindustrial. Agricultura Familiar. Agroecologia. Gestão da Saúde Preventiva e Solidária.

Componentes curriculares:

- Direitos e Cidadania – atual 4 créditos ou proposta nova 2 créditos*
- Introdução ao Pensamento Social – atual 4 créditos ou 4 créditos com ementa nova*
- Meio Ambiente, Economia e Sociedade – atual 4 créditos ou 2 créditos*

2 CIÊNCIA E TECNOLOGIAS:

Ementa: Os sistemas simbólicos das diferentes linguagens como meios para a compreensão dos elementos cognitivos, afetivos, sociais e culturais. Organização cognitiva da realidade pela constituição de significados, expressão, comunicação e informação.

Componentes curriculares:

- Leitura e Produção Textual I – atual 4 créditos
- Leitura e Produção Textual II – atual 4 créditos
- Leitura e Produção Textual – ementa nova (juntar I e II – 4 créditos)
- Introdução à Informática – 4 créditos
- Matemática Instrumental – atual com 4 créditos
- Matemática Instrumental A – ementa nova com 2 créditos
- Matemática Instrumental B – ementa nova com 4 créditos
- Matemática Instrumental C – ementa nova com 4 créditos
- Estatística Básica – atual 4 créditos
- Iniciação à Prática Científica – atual 4 créditos



3 RELAÇÃO HOMEM/CULTURA E SOCIEDADE:

Ementa: *Sociedade e cultura. História, cultura e saber popular. Alternativas de transformação social. A diversidade cultural. Interculturalismo.*

Componentes curriculares

a) História da Fronteira Sul – atual 4 créditos e nova com 2 créditos

b) Introdução à Filosofia – nova com 4 créditos

c) Fundamentos da Crítica Social – atual com 4 créditos

d) Arte (proposta de Realeza)

Apresenta-se no quadro a organização e as possibilidades de oferta dos componentes curriculares do Domínio Comum:

EIXOS	EMENTA	COMPONENTES CURRICULARES	EMENTA	CARGA HORÁRIA
HOMEM/NATUREZA/SOCIEDADE/AMBIENTE	Movimentos sociais e Organizações Sociais Populares. Economia Sustentável e solidária. Recursos Naturais e diversidade Ambiental. Empreendedorismo e Trabalho Cooperativo. Estrutura de produção Agroindustrial. Agricultura Familiar. Agroecologia. Gestão da Saúde Preventiva e Solidária.	Direitos e Cidadania	Origens históricas e teóricas da noção de cidadania. O processo moderno de constituição dos direitos civis, políticos e sociais. Políticas de reconhecimento e promoção da cidadania. Relação entre Estado, mercado e sociedade civil na configuração dos direitos. Direitos e cidadania no Brasil.	60
		Direitos e Cidadania	Nova ementa	30
		Introdução ao Pensamento Social	Fundamentos do pensamento sociológico, antropológico e político. Análise sociopolítica da sociedade contemporânea. Aspectos históricos e teóricos sobre a cultura brasileira. Elementos de Antropologia.	60
		Introdução ao Pensamento Social	Nova ementa	60
		Meio Ambiente, Economia e Sociedade	Modos de produção e consumo. Noções de economia política. Relação entre ambiente e sociedade: agroecologia, sustentabilidade, agricultura familiar, cooperativismo, associativismo. Sociedade Civil e questão ambiental	60
		Meio Ambiente, Economia e Sociedade	Nova ementa	30



CIÊNCIA E TECNOLOGIAS	Os sistemas simbólicos das diferentes linguagens como meios para a compreensão dos elementos cognitivos, afetivos, sociais e culturais. Organização cognitiva da realidade pela constituição de significados, expressão, comunicação e informação.	Leitura e Produção Textual I	Língua e linguagem. Compreensão, produção e circulação de textos orais e escritos de diferentes gêneros. Texto e textualidade. Resumo. Debate. Revisão textual.	60
		Leitura e Produção Textual II	Compreensão, produção e circulação de textos orais e escritos da esfera acadêmica e profissional: seminário, resenha, artigo. Mecanismos de textualização e de argumentação dos gêneros acadêmicos e técnicos. Tópicos gramaticais. Revisão textual.	60
		Leitura e Produção Textual	Língua, linguagem e sociedade. Leitura e produção de textos. Mecanismos de textualização e de argumentação dos gêneros acadêmicos: resumo, resenha, artigo, seminário. Tópicos gramaticais.	30
		Introdução à Informática	Fundamentos de Informática. Conhecimentos de sistemas operacionais. Utilização da rede mundial de computadores. Acesso a ambientes virtuais de aprendizagem. Conhecimentos de editor de texto, planilha eletrônica e software de apresentação (textos, gráficos, tabelas, áudios, vídeos e imagens).	60
		Matemática Instrumental	Noções de lógica. Noções de conjuntos. Relações. Funções. Trigonometria. Matrizes e Sistemas Lineares. Noções de Matemática Financeira. Sistemas de medidas. Geometria Plana e Espacial.	60
		Matemática Instrumental A	Operações com inteiros e frações, equações do 1º grau, grandezas proporcionais (proporções, regra de três, porcentagem e juros simples), tabelas e gráficos, noções de geometria (medidas de comprimento, área, volume, massa e capacidade).	30
		Matemática Instrumental B	Ídem matemática I. Funções de 1º e 2º grau. Equações e funções exponenciais e logarítmicas. Juros compostos, razões trigonométricas diretas.	60
		Matemática Instrumental C	Ídem matemática II. Números reais, intervalos, inequações. Funções racionais, modulares, polinomiais, trigonométricas diretas e inversas.	60
		Estatística Básica	Noções básicas de Estatística. Séries e gráficos estatísticos. Distribuições de frequências. Medidas de tendência central. Medidas de dispersão. Medidas separatrizes. Análise de Assimetria. Noções de amostragem e inferência	60
Iniciação à Prática Científica	O contexto da Universidade: Ensino, Pesquisa e Extensão. Epistemologia da Ciência. Instrumentos, métodos científicos e normas técnicas. Projeto, execução e publicação da pesquisa. A esfera político-acadêmica: instituições de fomento à pesquisa. Ética na pesquisa científica, propriedade intelectual e autoria. Associações de pesquisa e eventos científicos.	60		



RELAÇÃO HO-MEM/CULTURA E SOCIEDADE	Sociedade e cultura. História, cultura e saber popular. Alternativas de transformação social. A diversidade cultural. Interculturalismo.	História da Fronteira Sul	História da Região Sul do Brasil: aspectos sociopolíticos, culturais, econômicos e ambientais. Questões fronteiriças. Construções socioculturais e identitárias em regiões de fronteira.	60
		História da Fronteira Sul	Ementa nova	30
		Introdução à Filosofia	A natureza e especificidade do discurso filosófico e sua relação com outros campos do conhecimento; principais correntes da investigação filosófica; Fundamentos de Ética; Tópicos em Epistemologia.	60
		Fundamentos da Crítica Social	Noções fundamentais e fundantes da filosofia e da ética. A dimensão entrópica do ser humano e sua contrapartida ética. Técnica, consciência histórica e ética. A ética como reflexão desde o lugar social dos sujeitos. O arquiconceito de dignidade ontológica e universal dos humanos e a ética contemporânea dos direitos fundamentais. A relação entre a ética geral e as éticas corporativo-profissionais.	60
		Arte	Ementa nova	

PROPOSTA 2:

Conjunto de conhecimentos organizados por meio de componentes curriculares fixos e com base nos princípios “Formação Básica e Formação Cidadã”. Os componentes curriculares ofertados são:

a) Formação Básica: Leitura e Produção Textual, Estatística Básica e Matemática Instrumental;

b) Formação Cidadã: Introdução à Filosofia, História da Fronteira Sul, Introdução ao Pensamento Social, Direitos e Cidadania, Economia e Meio Ambiente. A carga horária fixa é de 360 h conforme a organização apresentada no quadro abaixo:

Área	Componente Curricular	Horas
Humanidades	Introdução à Filosofia: A natureza e especificidade do discurso filosófico e sua relação com outros campos do conhecimento; principais correntes do pensamento filosófico; Fundamentos de Ética; Tópicos em Epistemologia.	60
	História da Fronteira Sul: História da Região Sul do Brasil: aspectos sociopolíticos, culturais, econômicos e ambientais. Questões fronteiriças. Construções socioculturais e identitárias em regiões de fronteira.	30
	Introdução ao Pensamento Social: Fundamentos do pensamento sociológico, antropológico e político. Análise sociopolítica da sociedade contemporânea. Aspectos históricos e teóricos sobre a cultura brasileira.	60
	Direitos e Cidadania: Origens históricas e teóricas da noção de cidadania. O processo moderno de constituição dos direitos civis, políticos e sociais. Políticas de reconhecimento e promoção da cidadania. Relação entre Estado, mercado e sociedade civil na configuração dos direitos. Direitos e cidadania no Brasil.	30
	Economia e Meio Ambiente: Nova ementa	30
Comunicação, Expressão e Tecnologias	Leitura e Produção textual: Leitura, compreensão e produção de textos orais e escritos da esfera acadêmica e profissional: seminário, resumo, resenha e artigo científico. Mecanismos de textualização. Mecanismos de argumentação empregados nos gêneros da esfera acadêmica e técnica. Revisão e reescrita textual.	60
	Estatística Básica: Noções básicas de Estatística. Séries e gráficos estatísticos. Distribuições de frequências. Medidas de tendência central. Medidas de dispersão. Medidas separatrizes. Análise de Assimetria. Noções de amostragem e inferência	60
	Matemática Instrumental: Operações com inteiros e frações, equações do 1º grau, grandezas proporcionais (proporções, regra de três, porcentagem e juros simples), tabelas e gráficos, noções de geometria (medidas de comprimento, área, volume, massa e capacidade).	30



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARROYO, Miguel. Currículo – **Território em disputa**.
São Paulo: Vozes, 2011.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**.
Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

MACHADO, Nilson José. **Educação: projeto e valores**.
São Paulo: Escrituras Editora, 2000.

JAPIASSU, Hilton. **Nascimento e morte das ciências humanas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

REPRESENTANTES:

SISTEMATIZAÇÃO E ELABORAÇÃO TEXTUAL

Adriana Salete Loss

Darlan Cristiano Kroth

Élsio José Corá

Ivann Carlos Lago

LEITURA, ANÁLISE E FINALIZAÇÃO DA ELABORAÇÃO TEXTUAL

Adriana Salete Loss

Andressa Sebben

Antonio Marcos Myskiw

Betina Muelbert

Darlan Cristiano Kroth

Débora Cristina Costa

Élsio José Corá

Elza Vanin

Herton Lopes

Marcelo Ronsoni

Marlei Dambros



SÍNTESE DAS DISCUSSÕES DO DOMÍNIO COMUM 30 DE AGOSTO DE 2012 - CHAPECÓ - SC

Como parte do processo de discussão das propostas de reformulação do Domínio Comum da UFFS, relatamos a seguir uma síntese das apresentações e posicionamentos apresentados pelos campi durante o evento do dia 30 de agosto:

1. Inicialmente o professor Darlan Kroth descreveu um breve histórico das discussões realizadas até o momento, e das quais resultaram duas propostas intituladas de Proposta 01 e Proposta 02 para o Domínio Comum.

2. Resumo Proposta 01: Dom. Comum FLEXÍVEL

a) Oferecer CCRs dos três eixos, com base nos Princípios “Formação Básica (40%) e Formação Cidadã” (60%);

b) A oferta dos CCRs dar-se-á com carga horária mínima de 360h (24 Cs) e máxima de 660h (44 Cs);

c) A oferta dos CCRs na perspectiva da carga horária mínima deverá seguir as diretrizes:

Formação Básica - 40% ou 10 créditos e

Formação Cidadã: 60% ou 14 créditos;

d) a oferta dos CCRs na perspectiva da carga horária máxima deverá seguir as diretrizes:

Formação Básica – 40% ou 18 créditos e

Formação Cidadã – 60% ou 26 créditos.

Os 3 eixos estruturantes do domínio comum: i) “Homem/Natureza/Sociedade/Ambiente”; ii) “Ciência e Tecnologia”; e, iii) “Relação Homem/Cultura/Sociedade”;

3. Resumo Proposta 02: Dom. Comum FIXO

Conjunto de conhecimentos organizados por meio de CCRs fixos e com base nos princípios “Formação Básica e Formação Cidadã”.

Os CCRs ofertados são:

a) Formação Básica: Leitura e Produção Textual, Estatística Básica e Matemática Instrumental;

b) Formação Cidadã: Introdução à Filosofia, História da Fronteira Sul, Introdução ao Pensamento Social, Direitos e Cidadania, Economia e Meio Ambiente.

A carga horária fixa é de 360 h (24).

4. A seguir os campi apresentaram o resultado de suas discussões e seu posicionamento em relação às propostas:

a) ERECHIM: se posiciona a favor da *Proposta 1 – Domínio Comum Flexível a partir de Eixos Temáticos*, apresentando seus Fundamentos Didáticos – Pedagógicos – Administrativos para tal tomada de posição, sendo que “a referida proposta tem o mérito de se adaptar às proposições apresentadas pelos diferentes campi e resguarda a possibilidade de manutenção do Domínio Comum nas unidades que advogam neste sentido”. Além disso, propôs a criação de comissão para discutir as ementas e a carga horária das disciplinas, composta por um representante de cada campus; a comissão deverá também discutir o percentual de participação de cada eixo na estrutura curricular dos cursos; os nomes dos eixos devem ser revistos, segundo as orientações da CAPES; os CCR’s Direitos e Cidadania e Meio Ambiente, Economia e Sociedade devem ser oferecidos em forma de seminário, nos semestres finais dos cursos de graduação.

b) CHAPECÓ: se posicionou a favor da Proposta 1 – Domínio Comum Flexível a partir de Eixos Temáticos, com algumas considerações: na escolha dos CCRs dar preferência para componentes de 04 Cs; possibilidade de ajustar o percentual indicado (60% x 40%) para 50% x 50%; exclusão de alguns CCRs, como Fundamentos da Crítica Social, (CCR Intr. à Filosofia contempla de forma mais adequada os conteúdos); idem para Matemática Instrumental; justificativa do novo CCR Leitura e Produção Textual (04 Cs); oportunidade dos profs. discutirem os novos CCRs de forma integrada nos campi; criação de Fórum (ou núcleo de estudos) do Domínio Comum, coordenado pelo NAP para avaliação contínua do D.C. da UFFS (contemplar estudos quali e quanti); direcionar uma bolsa de Monitoria para cada CCR do Domínio Comum;

c) LARANJEIRAS DO SUL: posicionou-se pela não alteração do Domínio Comum, ressaltando que essa seria uma terceira proposta, não contemplada no encaminhamento das discussões.

d) REALEZA: apresentou uma terceira proposta, fundamentando a mesma com a leitura de um texto que reflete o processo de construção teórica da proposta alternativa que o campus Realeza elaborou. Considerou como uma proposta conciliatória que não abriria mão da unicidade da proposta, a qual consiste em não parcelar o caráter formativo do domínio comum,



apoiada na transferência de parte de sua carga horária aos colegiados de curso, do que resultou a fixação do teto mínimo de 360 horas. Dessa formatação, ressaltou que em vez dos princípios da “formação básica” e da “formação cidadã” da Proposta 1, utilizou a perspectiva “instrumental” e a “contextualização” do conhecimento, presentes no PPI e explicitados nos objetivos do domínio comum da Universidade. Quanto à carga horária, os ajustes oriundos dos conteúdos ementários sobrepostos possibilitam uma redução aproximada de 25 % (vinte e cinco por cento) da carga horária praticada até o momento. Chegaria-se, então, a um número de 480 a 500 horas. Também propôs: Instituir um fórum permanente do domínio comum; constituir uma comissão institucional para discutir e projetar as atividades e a inserção dos docentes do domínio comum no contexto da universidade; organizar as atividades do domínio comum por campus; inserir os temas que dizem respeito ao debate curricular na composição das ementas; manter a unicidade da proposta institucional; avaliar a supressão e a criação de componentes curriculares considerando as áreas do conhecimento dos docentes e seus impactos sobre contratações; com base na argumentação suscitada pelo documento, a manutenção do componente “Iniciação à prática científica” junto ao domínio comum; as ementas devam ser pensadas em termos de uma estrutura conceitual comum e que a flexibilização não deve avançar para uma funcionalização das ementas em relação aos cursos, nos termos propostos pela comissão sistematizadora. A seguir apresentou uma proposta de organização dos Componentes Curriculares, com a seguinte distribuição: Instrumental = 270 horas; Contextualização = 210 horas; Total geral = 32 créditos = 480 horas.

e) CERRO LARGO: No que diz respeito à minuta enviada pela DOP, os docentes do Campus Cerro Largo definiram o seguinte: caso a PROGRAD defina, como metodologia para a reunião do dia 30/08, que apenas serão consideradas as duas propostas apresentadas na minuta, a opção do campus é pela “Proposta 2”; caso a PROGRAD defina que ainda serão possíveis novas proposições, os docentes de Cerro Largo defendem a reapresentação da proposta original apresentada pelo campus na reunião das comissões no dia 13/06/2012. Em caso de possibilidade apenas de ajustes nas propostas apresentadas, O Campus Cerro Largo defende de que: o Domínio Comum não esteja voltado à formação básica, mas à formação científico-epistemológica e para a cidadania; seja retirada, “da Proposta 2”, o

CCR “Matemática Instrumental”, o qual deve ser substituído pelo CCR “introdução à Informática”. Independentemente da possibilidade de alteração ou não nos conteúdos das propostas, o Campus Cerro Largo defende, adicionalmente, que seja mantido o Domínio Comum com uma carga horária máxima de 360 horas.

f) A seguir foi aberto espaço para os debates, no qual os posicionamentos de cada unidade foram explanados e defendidos, sendo que após as deliberações do grupo, definiu-se por consenso a criação de um Fórum Permanente de Discussão do Domínio Comum. Após os debates e posicionamentos dos campus, optou-se também pela proposta apresentada pelo campus Realeza, mas com alguns ajustes importantes, a saber:

Proposição de um Grupo de Trabalhos para trabalhar com eixos e ementas a partir do PPI. Como não houve consenso, foram colocadas duas propostas para votação: a) manter a Proposta 1; b) manter a proposta 1 como base e agregar à ela 420 horas de Domínio Comum, sendo Iniciação à prática científica de responsabilidade do domínio específico. Por maioria de votos, venceu a segunda opção.

i) Domínio Comum com carga horária de 420h, sendo que a disciplina Iniciação à Prática Científica passa a fazer parte dos Domínios Específicos de Curso;

iii) Instituição de uma Comissão de Ajustes da proposta do Domínio Comum, composta por três representantes de cada campus, sendo que a mesma terá 15 dias de prazo para analisar e formatar uma proposta final, a qual será apresentada em nova reunião do grupo de discussões do Domínio Comum. Integram a Comissão:

Adriana Salete Loss – DOP/PROGRAD – presidente
Cerro Largo: Reneo Pedro Prediger; Pablo Berned; Márcio do Carmo Pinheiro; Erechim: Fábio Francisco Feltrin de Souza; Anderson André Genro Alves Ribeiro; Aníbal Lopes Guedes; Laranjeiras do Sul: Alexandre Manoel dos Santos; Cristina Sturmer dos Santos; Felipe Mattos Monteiro (posteriormente substituídos pelos professores Humberto Rodrigues Francisco e Marcela Langa Lacerda Bragança; Chapecó - Seminário: Darlan Christiano Kroth, Rosane Rossato Binotto, Rosiléa Garcia França; Chapecó - Bom Pastor: Marlene Grade, Antonio Valmor de Campos, Angela Derlise Stübe; Realeza: José Oto Konzen, Sabrina Casagrande, Marcos Beal.

g) A primeira reunião da Comissão de Ajustes da Proposta do Domínio Comum ficou marcada para o dia 04 de setembro de 2012, das 13h30min às 17h30min, na Unidade Bom Pastor de Chapecó.



No seminário do dia 30 de agosto, diversas contribuições foram trazidas pelos campi, entre as quais, um texto escrito pela comissão do Campus Realeza, de caráter mais teórico, que retomou a fundamentação teórica apresentada anteriormente; as análises propostas, entre as quais, a fundamentação para o currículo, integraram as discussões do seminário e foram incorporadas aos trabalhos da comissão de trabalho, nas reuniões subsequentes, coordenada pela DOP, especialmente, no que diz respeito à estruturação dos eixos e à organização dos componentes curriculares; desta forma, os aspectos da reflexão textual produzida por Realeza seguem a seguir:

“[...] 6. Afinal: qual é o lugar do domínio comum no projeto formativo da universidade?”

O documento síntese, apresentado pela comissão, evidencia a existência de uma “fragilidade do Domínio Comum como prerrogativa efetivamente institucional (...) parece ainda não ter sido de fato incorporado em todas as instâncias institucionais. (...) encontra-se praticamente ausente em documentos normatizadores e ações de Pró-Reitorias, por exemplo, o que reflete uma fragilidade na consolidação do projeto para além da dimensão estritamente curricular. (...) Ele precisa também ser incorporado no cotidiano do fazer acadêmico de todas as instâncias e de todos os processos na UFFS, para tornar-se, de fato, um parâmetro de ação e avaliação do que é realizado na instituição”.

Esta constatação aponta para o fato de que o domínio comum ainda não encontrou espaço na materialização das políticas da Universidade, como um todo. Se, por um lado, o anseio geral é o de que ele seja entendido como elemento constitutivo da vida pedagógica da instituição, em diálogo permanente com os outros elementos, por outro, o risco vivenciado pela experiência realizada até aqui é de um domínio comum que se converte numa perspectiva compensatória e fragmentada em sua implementação, pensada em função dos cursos e deslegitimada do ponto de vista do seu reconhecimento institucional.

Isso se manifesta de maneira mais dura quando se analisam as condições de trabalho dos docentes deste domínio. Estes encontram-se, muitas vezes, vinculados a três colegiados de curso e são, em geral, privados de participar de maneira efetiva de grupos de pesquisa em suas áreas de formação (e, quando participam, o fazem de maneira funcionalizada). Assim, sua perspectiva de atividade profissional fica restrita às atividades de ensino, gerando-se uma subcategoria tácita no corpo docente desta Instituição. Se a opção institucional for a de incorporar o domínio comum como seu elemento constitutivo, é preciso superar a perspectiva funcionalizada e restrita ao ensino de graduação em voga e avançar no sentido de conferir reconhecimento institucional e legitimidade a ele. Neste contexto, legitimidade do PPI significa empoderamento do domínio comum e exige criar condições para que os docentes a ele vinculados possam se organizar, fazer seus debates, projetar suas atividades, participar plenamente da vida institucional, especialmente no que tange à pesquisa e à pós-graduação.

Nesse sentido, urge que a discussão curricular e a operacionalização das atividades dos docentes do domínio comum ganhe uma perspectiva institucional, que implica

criação de fóruns permanentes e a organização de uma estrutura colegiada para os docentes deste domínio.

7. Síntese da proposta

7.1 Encaminhamentos gerais

a) Instituir um fórum permanente do domínio comum, tomando como ponto de partida os temas levantados ao longo do documento:

1) a universidade no mundo contemporâneo e sua relação com a sociedade;

2) a ciência e a tecnologia;

3) a educação e o mundo do trabalho;

4) o domínio comum como exercício transdisciplinar;

5) dimensão pedagógica do currículo;

6) o currículo institucional e sua inserção na pesquisa e na pós-graduação;

b) Constituir uma comissão institucional para discutir e projetar as atividades e a inserção dos docentes do domínio comum no contexto da universidade;

c) Organizar as atividades do domínio comum por campus, a fim de ampliar as relações inter e transdisciplinares, bem como, otimizar a operacionalização da oferta de componentes;

d) Inserir os temas que dizem respeito ao debate curricular na composição das ementas, já que traduzem, em boa medida, as grandes questões do mundo contemporâneo, associados à sociedade, ao trabalho, à cultura e à educação;

e) Manter a unicidade da proposta institucional, de forma que as questões associadas aos ajustes de conteúdos ementários sobrepostos possam ser contempladas, sem prejuízo da formação e em associação com os objetivos estabelecidos para o domínio comum no esboço do PPI. Julgamos que a viabilização desta proposta exige uma carga horária mínima de 480 horas, conforme argumentação feita ao longo do documento;

f) Avaliar a supressão e a criação de componentes curriculares considerando as áreas do conhecimento dos docentes e seus impactos sobre contratações;

g) Com base na argumentação suscitada pelo documento, defendemos a manutenção do componente “Iniciação à prática científica” junto ao domínio comum, como perspectiva de integração da dimensão teórica e instrumental da produção do conhecimento. Entendemos que a atividade possa ser compartilhada por dois docentes ou que um professor da área de formação a administre, desde que este seja integrado às discussões do fórum do domínio comum;

h) Entendemos que as ementas devam ser pensadas em termos de uma estrutura conceitual comum e que a flexibilização não deve avançar para uma funcionalização das ementas em relação aos cursos, nos termos propostos pela comissão sistematizadora.[...]”



SÍNTESE DAS DISCUSSÕES DA COMISSÃO DE AJUSTES DO DOMÍNIO COMUM 04 DE SETEMBRO DE 2012 - CHAPECÓ - SC

Como parte do processo de discussão das propostas de reformulação do Domínio Comum da UFFS, relatamos a seguir uma síntese das apresentações e posicionamentos apresentados pelos campi durante o evento do dia 4 de setembro de 2012. Das definições:

Definição dos dois princípios do Domínio Comum e seus respectivos princípios, pautados no processo histórico da UFFS e no PPI da Instituição:

1. Contextualização Acadêmica

Desenvolver nos estudantes habilidades/competências de leitura, de interpretação e de produção em diferentes linguagens que o auxiliem a se inserir criticamente na esfera acadêmica e no contexto social e profissional.

2. Formação Crítico Social

O objetivo deste princípio é desenvolver uma compreensão crítica sobre a formação social, cultural, ambiental, econômica e política do mundo contemporâneo, contextualizado saberes que dizem respeito ao convívio humano em sociedade, às relações de poder, às valorações sociais, responsabilidade sócio-ambiental, à organização sócio-político-econômica e cultural das sociedades, nas suas várias dimensões.

Procura possibilitar ao aluno agir no ambiente em que vive, nos diferentes “contextos” da sua vida, de modo crítico e reflexivo, como sujeito pleno.

3. Definição da carga horária do Domínio Comum:

Mínimo de 420 horas até 660 horas.

4. Dos Componentes Curriculares:

A Comissão organizará nos campi, envolvendo as áreas envolvidas no Domínio Comum, o trabalho de reelaborar as ementas a partir de alguns critérios:

a) Organizar em tópicos as ementas, observando os princípios do Domínio Comum e seus respectivos objetivos.

b) As ementas precisam contemplar duas dimensões, abordando o objetivo do ensino (ciência, relevância teórica) e o objetivo formativo (realidade histórica, contextual, dimensão crítica – contribuir para a emancipação local).

5. Os trabalhos serão realizados conforme a Proposta 1 apresentada no evento do dia 30 de agosto, a partir dos 11 componentes curriculares já existentes no Domínio Comum, a saber:

1. Contextualização Acadêmica

1- LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL I; 2- LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL II; 3- INTRODUÇÃO À INFORMÁTICA; 4- MATEMÁTICA INSTRUMENTAL; 5- ESTATÍSTICA BÁSICA; 6- INICIAÇÃO À PRÁTICA CIENTÍFICA.

2. Formação Crítico Social

7- DIREITOS E CIDADANIA; 8- INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO SOCIAL. 9- HISTÓRIA DA FRONTEIRA SUL; 10- MEIO AMBIENTE, ECONOMIA E SOCIEDADE; 11- FUNDAMENTOS DA CRÍTICA SOCIAL.

Nos trabalhos da comissão de ajustes nos campi, acrescer a integração dos demais itens propostos, para que se possa tê-los presentes nos exercícios de ajustes de ementas. Eventualmente, isso poderá resultar em propostas que integrem o teor de duas ou mais ementas num novo formato. Os componentes a acrescer são: Iniciação à Prática Científica; Introdução à Filosofia; Economia e Sociedade; Cultura e Política.

O encontro da Comissão de Ajustes do Domínio Comum para deliberações finais ficou marcado para o dia 13 de setembro de 2012, quinta-feira, das 8h30min às 17h30min, na Sala de Capacitação do Edifício Mantelli (Sala 2-3), em Chapecó-SC.



DELIBERAÇÕES FINAIS DA COMISSÃO DE AJUSTES DO DOMÍNIO COMUM 13 DE SETEMBRO DE 2012 - CHAPECÓ - SC

HISTÓRICO DAS DISCUSSÕES

Na data de 13 de setembro de 2012, a comissão de ajustes do Domínio Comum reuniu-se em Chapecó-SC, e os representantes de cada campus apresentaram o resultado das discussões nos campi, bem como as suas proposições, as quais são elencadas resumidamente abaixo:

CERRO LARGO

- 420h
- Dois eixos
- Necessidade - Didático-pedagógico; administrativo
- Sugestões de componentes curriculares – acrescentar: ementa (aperfeiçoar) Fundamentos da Crítica Social; Ética (acrescentar); Libras (núcleo comum); Inclusão, Diferença e Identidade); (ementa sugestão); Relações Étnico-Racial
- Modificação – Informática (duas ementas)
- Estatística Básica – trabalhar de forma diferente

CHAPECÓ

- Componentes de 4 créditos – priorizar
- Exclusão de alguns CCRs – Fundamentos da Crítica Social; Introdução de Filosofia (Ética); Matemática Instrumental – outra proposta; Leitura e Produção Textual _ atual (organizar uma outra)
- Proposta Leitura Textual – 4 créditos – nova ementa
- Proposta de Matemática – três propostas: por cursos
- Direitos e Cidadania – 4 créditos (aperfeiçoar a ementa) e 2 créditos (ementa mais enxuta)
- Introdução ao Pensamento Social (4 créditos – ementa mais enxuta);
- Economia e meio ambiente – 4 ou 2 créditos – lembrança da questão legal
- Introdução à Informática - atual
- Estatística - atual
- Iniciação à Prática Científica (ficar no Domínio Comum)
- Introdução à Filosofia – (substitui Fundamentos da crítica social)
- História da Fronteira Sul – ementa manter – 4 créditos

ERECHIM

- Não há consenso - 4 ou 2 créditos
- Substituir Contextualização Acadêmica por Fundamentos das Linguagens Acadêmicas;
- Substituir Formação Crítico Social
- Leitura e Produção Textual I e II – apenas uma CCR – como Produção Textual Acadêmica - 4 horas

Iniciação à Prática Científica – modificação da ementa

- Matemática Instrumental – exclusão
- Sugestão - Matemática Básica – 3 propostas independentes - Matemática A, B e C – 30 horas - COLEGIADO OPTA
- Informática Básica – Fundamentos de Informática – 60 h – criação de 2 CCR; Multimídia – 30h – COLEGIADO OPTA
- Estatística – Criação de duas CCRs - Estatística Descritiva (30h ementa atual);
- Direito e Cidadania e Introdução ao Pensamento Social - atual
- Fundamentos da Crítica Social – modificação do nome e ementa - Introdução à Filosofia
- Meio Ambiente, Economia e Sociedade – sem modificação de ementa
- História da Fronteira Sul – ementa (sugestão de acréscimo)

ANTROPOLOGIA – NOVA

LARANJEIRAS DO SUL

- Iniciação à Prática Científica - sem proposta
- Introdução à Informática – 60h ou 45h –mesma ementa
- Matemática Instrumental - A e B – ementas diferentes – engenharias; Licenciaturas e Ciências Econômicas
- Estatística Básica – atual e outra A – 60h
- Formação Crítico-Social – objetivo – organizado como sugestão
- Direito e Cidadania
- Introdução ao Pensamento Social – atual 4créditos e nova ementa 3créditos
- História da Fronteira Sul – 4 créditos
- Meio ambiente, economia e sociedade
- Fundamentos da crítica social – 4h Introdução à Filosofia – 3 créditos (não precisa ter)



- DOM COM Segue como está – proposta atual
- Não há especialista em Currículo – órgãos? Proposta da Instituição?

Realeza

- Princípios fundantes dos eixos – princípios institucional
- Domínio Comum x Domínio Conexo
- Leitura e Produção Textual 1 – 2 cr (proposta de ementa)
- Leitura e Produção Textual 2 – 4 cr (atual)
- Aproximar Informática e Estatística – 6 créditos

Matemática Instrumental – 2 créditos (ementa reformulada)

- Sugestões para as ementas
- Fundamentos da crítica social (reformulada – ementa) – 4 créditos
- CCRs – Introdução à ... ???
- Domínio Comum – não é nivelamento
- Componentes curriculares integradores – Economia e Sociedade; Cultura e Política – 4cr; História da Fronteira Sul – 2cr

Após este momento, seguiu-se uma série de debates e deliberações, em que estabeleceu-se algumas diretrizes para os trabalhos, a saber:

Definição dos Eixos; Objetivos dos eixos; Diretrizes para os grupos de deliberações: a) otimização da oferta – dos CCRs – sendo o mínimo em 40% em cada eixo – mínimo de 420h; b) Operacionalização dos CCRs em todos os campi.

Após os trabalhos e debates, embasados também nos itens Flexibilização / Demanda Docente / Realidades diferentes dos campi – cursos diferentes / Compatibilidade do que temos com o que vamos propor / Fórum permanente / Sobreposição / integração dos eixos, ficaram acordados as seguintes definições para o Domínio Comum, sendo que permaneceu como base a Proposta 1 resultante das discussões do dia 13 de junho de 2012, a qual permite a flexibilização da oferta dos componentes:

Eixos – Objetivos –

Componentes Curriculares – 420h a 660h

Eixo 1

CONTEXTUALIZAÇÃO ACADÊMICA

Objetivo: Desenvolver habilidades/competências de leitura, de interpretação e de produção em diferentes linguagens que auxiliem a se inserir criticamente na esfera acadêmica e no contexto social e profissional.

Componentes Curriculares

Para oferta de 6 créditos

Leitura e produção textual I – 2 créditos

Ementa: Língua e Linguagem. Compreensão, produção e circulação de textos orais e escritos de diferentes gêneros. Texto e textualidade. Resumo, fichamento e debate. Revisão textual.

Leitura e produção textual II – 4 créditos

Ementa: Compreensão, produção e circulação de textos orais e escritos da esfera acadêmica e profissional: seminário, resenha, artigo. Mecanismos de textualização e de argumentação dos gêneros acadêmicos e técnicos. Tópicos de revisão textual.

OU

Para oferta de 4 créditos

Produção textual acadêmica – 4 créditos

Ementa: Língua, linguagem e sociedade. Leitura e produção de textos. Mecanismos de textualização e de argumentação dos gêneros acadêmicos: resumo, resenha, handout, seminário. Estrutura geral e função sociodiscursiva do artigo científico. Tópicos de revisão textual.



INFORMÁTICA E COMPUTAÇÃO

Informática Básica - 4 créditos

Ementa: *Fundamentos de informática. Conhecimentos de sistemas operacionais. Utilização da rede mundial de computadores. Ambientes virtuais de aprendizagem. Conhecimentos de softwares de produtividade para criação de projetos educativos, técnicos e/ou multimidiáticos.*

OU

Computação Básica - 4 créditos

Ementa: *Fundamentos de informática. Noções de sistemas de computação. Formulação de algoritmos e sua representação. Noções sobre linguagem de programação e programas. Implementação prática, em laboratório, de algoritmos em uma linguagem de programação. Descrição de algumas aplicações típicas.*

ESTATÍSTICA

Estatística Básica - 4 créditos

Ementa: *Noções básicas de Estatística. Séries e gráficos estatísticos. Distribuições de frequências. Medidas de tendência central. Medidas de dispersão. Medidas separatrizes. Análise de Assimetria. Noções de probabilidade e inferência.*

Eixo 2.

FORMAÇÃO CRÍTICO-SOCIAL

Objetivo: *Desenvolver uma compreensão crítica do mundo contemporâneo, contextualizando saberes que dizem respeito às valorações sociais, às relações de poder, à responsabilidade sócio-ambiental, e à organização sócio-político-econômica e cultural das sociedades, possibilitando a ação crítica e reflexiva, nos diferentes contextos.*

Componentes Curriculares

Economia e Meio ambiente (4 créditos)

Ementa: *Modos de produção: organização social, Estado, mundo do trabalho, ciência e tec-*

MATEMÁTICA INSTRUMENTAL

Matemática A – 02 créditos

Ementa: *Operações com números reais. Equação do 1º grau. Grandezas proporcionais. Juro simples. Tabelas e gráficos. Noções de geometria. Resolução de problemas matemáticos do cotidiano.*

OU

Matemática B – 04 créditos

Ementa: *Operações com números reais. Equação de 1º e 2º grau. Grandezas proporcionais. Juro simples. Equação exponencial e logarítmica. Juro composto. Função: constante, polinomial de 1º e 2º grau, exponencial e logarítmica. Noções de geometria. Noções de trigonometria.*

OU

Matemática C – 04 créditos

Ementa: *Grandezas proporcionais. Noções de geometria. Conjuntos numéricos. Equações e inequações. Funções.*

nologia. Elementos de economia política e sua crítica. Estado atual do capitalismo: globalização, crise, meio ambiente e sustentabilidade. Experiências produtivas alternativas.

Introdução ao Pensamento Social (4 créditos)

Ementa: *Fundamentos do pensamento social. Cultura e representações. As dimensões sociológicas da modernidade. Subjetividade, identidade sociabilidade. Estado e democracia. As ideologias políticas modernas. Movimentos sociais e cidadania. Civilização e a questão da violência. Aspectos da formação social brasileira.*



História da Fronteira Sul (4 créditos)

Ementa: *Construção dos sentidos históricos. Noções de Identidade e de Fronteira. Invenção das tradições. Processos de povoamento, despojoamento e colonização. Conflitos econômicos e políticos. Choques culturais no processo de colonização. Questão indígena, cabocla e afrodescendente.*

Direitos e cidadania (4 créditos)

Ementa: *Direitos civis políticos e sociais. A luta pelo reconhecimento dos direitos. Inclusão, diferença e identidades. Minorias: gênero, etnia e orientação sexual. Racismo e segregacionismo.*

Introdução à Filosofia (4 créditos)

Ementa: *A natureza e especificidade do discurso filosófico e sua relação com outros campos do conhecimento; principais correntes do pensamento filosófico; Fundamentos filosóficos da Modernidade. Tópicos de Ética e de Epistemologia.*

OBS.: A Comissão destaca ser justificável manter este componente curricular com a reelaboração da ementa, mas entende que a oferta do mesmo está condicionada à existência de profissionais nos campus, afim de não gerar novas demandas docentes.

Além destes Componentes Curriculares e suas respectivas ementas, a Comissão de Ajustes do Domínio Comum sentiu, no processo de reflexão e deliberações, a necessidade de ressaltar a importância da oferta do componente **Iniciação à Prática Científica**, no Eixo 1 - Contextualização Acadêmica. Tal reflexão se dá tendo em vista o objetivo do eixo, sendo que os trabalhos da comissão demonstraram a pertinência da IPC se fazer presente no mesmo, pois é um componente curricular que se adequa à ideia de cumprir os objetivos do mesmo.

De tal feita, respeitando as decisões tomadas no evento do dia 30 de agosto, em que a ideia acordada foi mover o componente IPC para os domínios específicos de cursos, e na ideia de manter a construção coletiva durante o processo, a Comissão de Ajustes do Domínio Comum propõe a aprovação de uma nova ementa para o componente, bem como sua inclusão no Eixo 1 - Contextualização Acadêmica, do Domínio Comum:

Iniciação à Prática Científica - 4 créditos

Ementa: *A instituição Universidade: ensino, pesquisa e extensão. Ciência e tipos de conhecimento. Método científico. Metodologia científica. Ética na prática científica. Constituição de campos e construção do saber. Emergência da noção de ciência. O estatuto de cientificidade e suas problematizações.*

Destaque-se que a posição da Comissão de Ajustes do Domínio Comum, constituída no dia 30 de agosto com representantes dos campi para discutir os referidos ajustes, é de consenso quanto à importância de se ofertar o componente Iniciação à Prática Científica no Domínio Comum.



A Comissão também deliberou que os trabalhos para definição das Bibliografias para os Componentes Curriculares ocorrerão após a homologação do dia 25 de setembro, e serão por meio do envio de sugestões por cada campus, em ordem de prioridade, e levando em conta as já adquiridas.

A Comissão de Ajustes do Domínio Comum propõe a configuração de um **Fórum Permanente do Domínio Comum**, a ser composto da seguinte forma:

Cada campus nomeie representantes de cada área do núcleo do domínio comum, destes, seja eleito um coordenador, que fará parte da equipe estratégica com a PROGRAD, que irá coordenar os trabalhos.

O planejamento proposto para o Fórum será embasado nestes referenciais: *O Domínio Comum na UFFS; Currículo na Universidade Popular; Universidade Popular; Metodologia no Domínio Comum.*

Os resultados do trabalho de debates e deliberações da Comissão de Ajustes do Domínio Comum aqui elencados, serão homologados na data de 25 de setembro de 2012, no Auditório da Unidade Seminário, em Chapecó – SC, das 13h às 17h30m, com a participação da Comissão Geral do Domínio Comum.

COMISSÃO DE AJUSTES DO DOMÍNIO COMUM

Adriana Salette Loss – *DOP/PROGRAD* – *Presidente*

Cerro Largo:

Reneo Pedro Prediger;

Pablo Berned;

Márcio do Carmo Pinheiro;

Erechim:

Fábio Francisco Feltrin de Souza;

Anderson André Genro Alves Ribeiro;

Aníbal Lopes Guedes;

Laranjeiras do Sul:

Humberto Rodrigues Francisco;

Marcela Langa Lacerda Bragança;

Chapecó - Seminário:

Darlan Christiano Kroth,

Rosane Rossato Binotto,

Rosiléa Garcia França;

Chapecó - Bom Pastor:

Marlene Grade,

Antonio Valmor de Campos,

Angela Derlise Stübe;

Realeza:

José Oto Konzen,

Sabrina Casagrande,

Marcos Beal.

Alexandre Luis Fassina - Téc. Ass. Edu. - DOP/PROGRAD

SETEMBRO DE 2012